

Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação¹

I

Centramos as reflexões que se seguem, respeitantes aos movimentos migratórios e, mais particularmente, ao processo de aculturação dos trabalhadores migrantes, sobre a noção de espaço, e isto principalmente por duas razões.

Em primeiro lugar, porque todo o movimento migratório implica mudanças na relação dos migrantes com o espaço, entendido este como espaço geográfico carregado de significações socioculturais. A análise destas mudanças pode servir de fio condutor para compreender o complexo processo de aculturação dos migrantes no actual contexto das migrações da força de trabalho.

A outra razão liga-se com considerações que não são apenas de ordem metodológica (valor heurístico da relação dos migrantes com o espaço, como ponto no qual se centra a análise das transformações socioculturais induzidas pelo movimento migratório), mas também epistemológica. É que o fenómeno migratório admite várias perspectivas de aproximação: demógrafos, sociólogos, geógrafos e economistas tendem a recortar este objecto de conhecimento segundo outros tantos «pontos de vista», perdendo facilmente o sentido da globalidade do fenómeno. Faz-se sentir assim a necessidade de uma *análise integrada* das migrações.

Nesta ordem de ideias, pareceu-nos apropriado abordar a análise do processo de aculturação dos trabalhadores migrantes, através de um processo que, partindo de uma abordagem de tipo ecológico, alarga o campo de análise com a ajuda de uma perspectiva multidimensional.

Entretanto, o leitor não deve ver nestas variações sobre um tema ainda mal conhecido, apesar do que já acerca dele se sabe, senão uma hipótese de investigação, sem dúvida de momento ainda tateante.

¹ Comunicação apresentada por ocasião do colóquio sobre os «Trabalhadores Estrangeiros na Europa Ocidental», organizado pela Commission Nationale pour les Etudes Interethniques, Paris-Sorbonne, 5-7 de Junho de 1974.

II

As migrações estabelecem uma *relação* entre dois espaços. O facto migratório não se reduz todavia a uma simples transferência de população de um espaço para outro. A nossa atenção centrar-se-á menos na transferência da população que na relação entre dois espaços criada por esse movimento. Mas esta relação não liga apenas dois espaços; liga também, ao mesmo tempo, duas formações socioeconómicas que se situam em níveis diferenciais de desenvolvimento. Quer dizer que estamos em presença de, pelo menos, dois quadros de análise: o quadro espacial (geográfico) e o quadro socioeconómico (político). A separação destes dois quadros deve-se a razões puramente analíticas: com efeito, estas duas realidades permanecem estreitamente imbricadas. Apressemos-nos a acrescentar que a dicotomia proposta se não pode subsumir nestoutra: espaço-tempo. Com efeito, não podemos reduzir as diferenças de desenvolvimento socioeconómico entre duas formações sociais, das quais uma é «desenvolvida» e a outra «subdesenvolvida», a um simples «atraso» desta última relativamente à primeira. Não existe um tempo histórico contínuo no interior do qual as formações sociais «pobres», «arcaicas», devam reproduzir, na sua história, a história das formações sociais «ricas», «modernas», para preencher o fosso que as separa. A crítica desta óptica já foi elaborada no contexto da sociologia do desenvolvimento². O que pretendemos sublinhar é que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são conceitos relativos e que, no fim de contas, aquilo que exprimem é mais propriamente uma relação que situações absolutas. Ora, actualmente, os movimentos migratórios põem em relação os países subdesenvolvidos (países de partida) com os países desenvolvidos (países de chegada). As migrações de mão-de-obra constituem, por conseguinte, um dos elementos essenciais do processo de desenvolvimento desigual das economias do sistema produtivo a nível global. Não é despropositado afirmar, de acordo com P. George, que os movimentos migratórios exprimem, para além de uma simples transferência de homens de um lugar para outro, o «alastramento geográfico de um sistema económico e de uma estrutura social»³.

Utilizando a tipologia dos conjuntos espaciais elaborada por Paul Claval, que distingue «regiões, nações, grandes espaços» (é aliás o título da sua obra)⁴, podemos dizer que as migrações de mão-de-obra põem desde logo em relação dois conjuntos espaciais, definidos a um nível macrogeográfico, ou seja, dois «grandes espaços» constituídos, de um lado, pelos países de emigração e, do outro, pelos países de imigração. Porém, somos forçados a verificar que, na generalidade, estes dois «grandes espaços» coincidem com, de um lado, os países subdesenvolvidos e, do outro, os países desenvolvidos. É preciso, sem dúvida, matizar esta afirmação, atra-

² Cf., por exemplo, os trabalhos de F. H. Cardoso, *Sociologie du développement en Amérique Latine*, Paris, Anthropos, 1969, e *Politique et développement dans les sociétés dépendantes*, Paris, Anthropos, 1971.

³ Pierre George, *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*, Paris, P. U. F.-I. N. E. D., 1951, p. 251.

⁴ Paul Claval, *Régions, Nations, grands espaces*, Paris, Genin, 1968.

vés de uma tipologia dos países fornecedores de mão-de-obra, que poderia ser a seguinte ⁶:

Grupo 1 — Países com um nível económico aproximado ao do país importador.

Grupo 2 — Países semi-industrializados: Espanha, Itália (sobretudo do Sul), Jugoslávia, Grécia, Portugal.

Grupo 3 — Países subdesenvolvidos:

- a) Colónias ou antigas colónias;
- b) Países sem relações coloniais.

Mas, excepto no caso do grupo 1, é correcto afirmar que o «grande espaço de emigração» coincide com o «espaço de subdesenvolvimento», mesmo se este apresenta diferenciações internas, que, todavia, são sobretudo quantitativas. As coisas são, no entanto, mais complexas. Coloquemo-nos no segundo nível da classificação de Claval: a nação. A este nível, e tomando o exemplo —relativamente generalizável— de Portugal, constatamos que o subdesenvolvimento do País (da Nação) não é um facto espacial uniforme, mas que, pelo contrário, há uma muito nítida heterogeneidade de espaço-nação, segundo uma linha de demarcação que separa uma região desenvolvida —Lisboa e a região costeira entre Lisboa e Aveiro— de uma região subdesenvolvida —o resto do País (com algumas diferenças internas de grau). É o conjunto destas regiões subdesenvolvidas que fornece a maioria do contingente da emigração portuguesa actual.

Necessário se torna, pois, concluir que, embora a emigração assuma todo o seu significado enquanto fenómeno socioeconómico e político ao nível da Nação (categoria essencialmente política), é ao nível de região (e sobretudo ao nível do conjunto das regiões subdesenvolvidas) que ela é gerada e actua, transformando os homens e as coisas. No fundo, poderíamos dizer que, no interior do espaço-nação, a emigração resulta de uma relação determinada entre dois espaços: o espaço desenvolvido, onde se polariza o poder económico, político, social, e o espaço subdesenvolvido, que é um «espaço dominado». Na medida em que o primeiro não consegue absorver os excedentes de mão-de-obra libertados pelo segundo, este último torna-se, para além de um «espaço de êxodo», um «espaço de emigração».

Se nos voltamos para os países de imigração, podemos constatar a mesma importância da escola regional. Apesar de o quadro nacional diferenciar os diversos países de imigração, pois que é em relação a ele que se diferenciam também as políticas de imigração, nem por isso é menos certo que:

- a) Por um lado, a tendência vai no sentido de uma certa unificação destas políticas (assim, por exemplo, os acordos concluídos no quadro do Mercado Comum);
- b) Por outro lado, os campos migratórios tendem a unificar-se em redor de certos espaços regionais, seja no interior de um dado país, seja em regiões fronteiriças. Este último aspecto reveste um inte-

⁶ G. Granotier, *Les travailleurs immigrés en France*, Paris, Maspéro, 1970, p. 144. Modificámos ligeiramente a tipologia apresentada por Granotier.

resse evidente: no que respeita às migrações, as fronteiras são tanto um obstáculo (visto que é nas fronteiras que nomeadamente começam por se manifestar concretamente as políticas nacionais de imigração) como uma frente de contacto, através da qual se estabelece uma certa permeabilidade, e portanto uma certa unificação.

Neste contexto, *são as regiões desenvolvidas, mais que as nações, que atraem cada vez mais os trabalhadores migrantes.*

E poderíamos igualmente acrescentar: *são sobretudo as regiões subdesenvolvidas (que não coincidem necessariamente — e na realidade coincidem cada vez menos — com o espaço-nação) que rejeitam uma parte da mão-de-obra, que se vê assim obrigada a emigrar.*

III

As migrações criam um *espaço de relação* articulando dois espaços funcionalmente dependentes: o espaço de emigração e o espaço de imigração.

Esta funcionalidade não corresponde a uma simples complementaridade entre os dois espaços citados e ainda menos a uma semelhança. Trata-se de uma *funcionalidade com dependência*, na medida em que a unidade que se estabelece entre estes dois espaços corresponde a uma relação de força fortemente desequilibrada: são, com efeito, as necessidades de mão-de-obra das regiões desenvolvidas que orientam as correntes de emigração. O espaço de relação é portanto um espaço polarizado. Importa, aliás, acrescentar que a polarização referida é múltipla e hierarquizada. Para ser mais explícito: a cada corrente de emigração correspondem vários pólos de atracção, quer no interior dum mesmo país, quer entre países diferentes. A emigração portuguesa apresenta sobretudo correntes para França, mas também para a Alemanha Federal, a Suíça, a Bélgica, etc. Se observarmos de mais perto o caso da França, por exemplo, constata-se que os migrantes portugueses se concentram mais particularmente em certas regiões, especialmente na região parisiense, na região Rhône-Alpes e na região Midi-Pyrénées. Esta diferenciação de pólos de atracção tem razões geográficas (distância; meio ambiente), mas também históricas e culturais (presença ou não de uma colónia portuguesa já aí instalada há mais ou menos tempo; língua).

Acontece, por vezes, que uma relação biunívoca se estabelece entre *uma* particular região de emigração e *um* certo pólo de atracção. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores agrícolas portugueses que trabalham na Suíça, quase todos originários do Sul de Portugal (Alentejo); é o caso também, ainda mais nítido, da emigração portuguesa concentrada na região de Annecy, pois que os migrantes são, na sua maior parte, originários de uma cidade do Norte do País (Viseu).

Por vezes, esta relação biunívoca pode ir até à transplantação quase completa de uma dada população para uma só região, com reconstituição, nos limites do possível, do meio ecológico e sociocultural de origem.

O espaço de relação não é um mero conceito; não é uma relação abstracta entre dois espaços concretos. Tem uma realidade visível para o emigrante. Corresponde a uma vivência. No entanto, esta visibilidade é apercebida mais em termos temporais do que em termos espaciais.

O emigrante que parte de Portugal para se instalar em França, ou mesmo na Bélgica, vive — por vezes muito intensamente — o espaço de relação existente entre a região de origem e a região de chegada, sobretudo em termos de tempo, e mais precisamente de *tempo «anomal»* (para utilizar a expressão de P. George, expressão que este autor emprega por oposição a *tempo «banal»*)⁶. Neste sentido, o espaço de relação é tanto um *espaço de comunicação* como um *espaço de ruptura*.

É um espaço de comunicação visto ligar, segundo os trajectos precisos dos emigrantes, duas regiões. O espaço de comunicação não é, com efeito, mais do que a concretização de um espaço de relação genérico.

É um espaço de ruptura por ligar dois espaços profundamente heterogéneos no plano da realidade e, talvez sobretudo, no plano da representação.

Esta antinomia comunicação-ruptura confere à vivência do espaço de relação caracteres ambíguos e mesmo, por vezes, traumatizantes. Isto deve-se, não somente ao facto da transplantação, mas sobretudo ao que esta transplantação pode significar enquanto passagem abrupta dum meio económico-técnico rural para um meio económico-técnico urbano e industrial. Com efeito, o espaço de relação põe muitas vezes em relação regiões rurais com regiões urbanas. E, por isso, ao mudar de país, o emigrante muda ao mesmo tempo os seus quadros de referência económico-técnicos e culturais. Esta mudança significa mera amplificação do espaço apercebido pelos migrantes e, portanto, um enriquecimento. Acrescentemos, todavia, que este processo não é linear; dado o carácter por vezes demasiado brutal da transplantação e a falta de estruturas de acolhimento e inserção dos trabalhadores migrantes, aquela amplificação do espaço apercebido pode tornar-se, enquanto aspecto de uma situação global, um elemento de perturbação e de desequilíbrio momentâneo ou mesmo persistente⁷.

Em certas condições particularmente penosas de transplantação (emigração clandestina, por exemplo), o espaço de relação pode aparecer ao emigrante como um espaço vazio de valor. Situando-se entre uma partida e uma chegada, é um «espaço negro»⁸, espaço de um puro instante que importa esquecer.

IV

Emigrar, tentar a aventura da partida, da expatiação, é entrar em ruptura com um dado meio geográfico e sociocultural. É também compreender e aceitar que existem outros espaços, além do espaço local e quotidiano.

Dizendo isto, não negamos a importância primordial dos factores económicos no desencadeamento e na manutenção das correntes migratórias. Nestes factores continua a residir a principal explicação do fenómeno migratório dos trabalhadores. O que pretendemos sublinhar é que os factores económicos — desemprego, baixos salários, exploração em geral —

⁶ Pierre George, *Sociologie et Géographie*, Paris, P. U. F., p. 49.

⁷ Diversos, *La santé des migrants*, Comité Medicinal e Médico-Social de Ajuda aos Migrantes, Droit et Liberté, Paris, 1972.

⁸ A expressão é de E. Minkowski. Citado por J. Gabel, *Sociologie de l'aliénation*, Paris, P. U. F., 1970, pp. 120-121.

não actuam ao nível dos indivíduos no sentido da emigração, a não ser que se produzam certas mudanças na «percepção do mundo» dos emigrantes potenciais. Ora uma destas mudanças diz respeito à relação do emigrante com o espaço: de um lado, relação com o espaço familiar, concreto (o espaço local); do outro, relação com o espaço abstracto (o espaço para o qual se dirige o migrante). Chega um momento em que, como consequência de situações económicas muito precárias e persistentes, o espaço quotidiano do indivíduo passa a ser apercebido, não como o espaço «natural» da sua existência, mas como um espaço entre outros. Esta relativização do espaço quotidiano deriva, com efeito, duma percepção que as dificuldades de ordem económica carregam de afectividade negativa: anteriormente familiar, o espaço quotidiano torna-se de repente hostil, estranho⁹.

A relativização do espaço quotidiano (vivido) processa-se em paralelo com um alargamento do espaço abstracto (genérico): a decisão de partir leva a imaginar outros espaços possíveis, apercebidos, por oposição, como carregados de potencialidades e qualidades positivas. Para isto contribuem as notícias enviadas por emigrantes já instalados no estrangeiro, assim como a presença animadora daqueles que, voltando ao país por períodos mais ou menos curtos, fazem gala das suas fortunas «fáceis». É preciso não esquecer que os trabalhadores migrantes são, na maioria, originários de zonas rurais. O espaço que conhecem reduz-se muitas vezes ao seu meio ambiente imediato. Este espaço vivido, quotidiano, confunde-se assim com as suas experiências pessoais, é simultaneamente o quadro e o horizonte das suas vidas. Digamos que é absolutizado; e esta absolutização pode ir até ao ponto-limite, corrente ainda hoje em dia em comunidades camponesas, onde o mundo coincide com o espaço rural-local.

As migrações introduzem rupturas numa tal «percepção do mundo». A mobilidade dos homens conduz à relativização do espaço. Esta relativização traduz-se por uma *extensão*: o espaço já não se confina às fronteiras daquilo que é imediatamente apercebido. Mas traduz-se também por uma *diversificação*: com a emigração, o espaço tende a já não ser apercebido como homogéneo.

Dito isto no que se refere à relação dos migrantes potenciais com o espaço, vejamos agora algumas das consequências da emigração sobre a estrutura do espaço das regiões de partida dos migrantes.

As migrações maciças de mão-de-obra introduzem mudanças na paisagem das regiões de partida, assim como na relação funcional existente entre estas regiões e os pólos industriais do país de origem dos trabalhadores migrantes.

Estas mudanças são visíveis primeiro na paisagem humana das regiões afectadas pelos movimentos migratórios: despovoam-se as aldeias e os campos. Este despovoamento é, no entanto, selectivo: é bem conhecido que são sobretudo as pessoas idosas, as mulheres e as crianças que ficam. A emigração atrai sobretudo os homens, e mais particularmente os adultos jovens. As regiões de emigração, em geral já fortemente subdesenvolvidas em relação aos pólos industriais e urbanos do país, vêem-se assim esvaziadas do seu potencial produtivo, o que tende a acentuar o seu atraso socioeconómico.

⁹ Claude Raffestin, «L'évolution de l'immigration allemande aux États-Unis», in *Globe*, n.º 109, 1969, pp. 33-34. Julian Wolpert, «Migration as an adjustment to environmental stress», in *Journal of Social Issues*, n.º 22, 1966.

mico e a sua dependência em relação às regiões desenvolvidas (tanto interiores, como exteriores).

Sem uma política global de desenvolvimento, os efeitos da emigração como mecanismo susceptível de absorver o desemprego e o subemprego não se manifestam senão a curto prazo. Com efeito, o desnível existente entre as regiões de emigração e os pólos de desenvolvimento do país tende a acentuar-se com o fenómeno migratório. Certamente, as «remessas» dos emigrantes podem aumentar o poder de consumo das populações rurais, mas os investimentos produtivos são quase inexistentes: As despesas efectuadas com a compra de terras ou de locais de comércio não representam, em geral, mais que uma parte ínfima das poupanças realizadas pelos trabalhadores emigrados. Os investimentos na indústria são praticamente nulos. Desta forma, embora as «remessas» desempenhem um papel importante no equilíbrio da balança de pagamentos do país de emigração, elas não intervêm de modo significativo no desenvolvimento socioeconómico das regiões de origem dos migrantes¹⁰.

A emigração tende, portanto, quando não é fortemente enquadrada por uma política global de desenvolvimento, a acentuar a centralização industrial e urbana da sociedade de origem dos migrantes, na medida em que as regiões já fortemente subdesenvolvidas (aquelas que «exportam» a mão-de-obra) vêm aumentar o seu atraso em relação aos pólos de desenvolvimento.

O espaço de emigração torna-se, assim, cada vez mais dependente em relação aos pólos industriais e urbanos, tanto do interior como do exterior. Assim tende a desenvolver-se na hierarquia de espaços heterogéneos no interior do país de partida dos migrantes. Ao mesmo tempo, tende a acentuar-se também a centralidade espacial e política, ao nível global do sistema capitalista. Mas os desequilíbrios regionais não são só visíveis do ponto de vista de uma análise socioeconómica, pois que são igualmente de ordem cultural. A emigração introduz, com efeito, mudanças substanciais na matriz cultural das comunidades das regiões de partida dos emigrantes. Por intermédio da emigração estabelece-se uma relação entre dois *espaços culturais*, o das regiões de partida e o das regiões de chegada.

A emigração vai submeter as comunidades das regiões de partida a um contacto súbito com os valores culturais do centro desenvolvido. Este contacto, ainda que difuso e pontual (cartas dos emigrados, retornos conjunturais), pode conduzir a uma certa *desintegração cultural* das comunidades locais. As suas instituições transformam-se rapidamente, quer se trate da família e das relações de parentesco em geral, quer das relações de poder, de trabalho, etc. Esta desintegração é tanto mais acentuada quanto concerne a comunidades esvaziadas dos seus melhores elementos, reduzidas a uma situação de estagnação e mesmo de regressão económica e de «marginalidade» sociocultural. Os indivíduos que permanecem no quadro aldeão assumem mecanicamente os traços culturais mais exteriores das sociedades onde estão instalados os emigrados. Estes traços culturais chegam até eles, aliás, não directamente, mas através das reinterpretações que deles fazem os trabalhadores emigrados. Isto significa que os traços cultu-

¹⁰ B. Kayser, *Migration de main-d'œuvre et marchés du travail*, Paris, O. C. D. E., 1971; *Les retours conjoncturels de travailleurs migrants*, Paris, O. C. D. E., 1972, e «Mythes et réalités de l'émigration», in *Espaces et Sociétés*, n.º 4, 1971.

rais da sociedade de imigração, assim transplantados para as comunidades das regiões de emigração, não têm ligações funcionais com os contextos socioeconómicos que caracterizam estas comunidades.

A vulnerabilidade cultural das comunidades locais das regiões de imigração é muito acentuada. Com efeito, o contacto com a cultura do país de imigração conduz a uma valorização de traços culturais exógenos. Esta valorização é tanto mais mecânica quanto as relações com a cultura estrangeira não são nem directas nem funcionais, mas indirectas e «passionais». Os novos valores veiculados e transmitidos pelos migrantes referem-se a contextos económicos e sociopolíticos que não coincidem com os das comunidades rurais. Por outro lado, esta cultura importada é muito frequentemente erigida em protótipo de uma felicidade possível, a expensas dos valores da comunidade local¹¹.

V

A distribuição espacial dos migrantes nas regiões de imigração depende amplamente de factores de ordem cultural. Estes factores acrescentam-se a factores psicológicos no sentido de impelir os migrantes a concentrarem-se espacialmente em determinadas regiões, constituindo, deste modo, autênticos «espaços nacionais» nos países de imigração.

É evidente, porém, que esta tendência para uma especialização (diferenciação) do espaço de imigração em função dos grupos étnicos imigrados se opera em articulação com especializações espaciais que são estruturais e, numa certa medida, anteriores às correntes migratórias internacionais. Efectivamente, se, por razões de ordem psicológica e cultural, os migrantes se concentram em certas regiões, é precisamente porque estas regiões já se acham especializadas do ponto de vista da estrutura da produção.

Insistamos, todavia, nos aspectos culturais da distribuição espacial dos migrantes. A situação actual dos trabalhadores migrantes nos países de imigração é caracterizada por uma *integração funcional*, isto é, por uma integração que se limita à esfera da produção. É forçoso constatar que a integração funcional se efectua simultaneamente com uma exclusão social, que se traduz pela segregação social, cultural e ecológica e, mais globalmente, pela impossibilidade na qual se encontram os migrantes de gozar dos direitos cívicos. A política migratória de praticamente todos os países de imigração não visa assimilar os imigrantes: neste contexto, os contactos interculturais e interétnicos são, portanto, reduzidos a um mínimo que é ditado pela necessidade de integração dos imigrados na esfera de produção.

Dada a sua situação de marginalização sociocultural e ecológica, os migrantes só assimilam a cultura do país de imigração superficialmente e de uma forma instrumental. A situação de imigração cria assim um estado de alternância, dado que os trabalhadores migrantes perderam a sua relação funcional com a sua cultura de origem, mas a sua relação com a cultura do país de imigração é muito limitada. Cria-se, pois, uma espécie de vazio cultural, propício à desagregação interna do grupo de imigrantes.

¹¹ C. C. Almeida, «Émigration, espace et sous-développement», in *International Migration*, n.º 3, 1973.

A fixação valorizante em certos traços da cultura de origem do grupo étnico pode então constituir um elemento de resistência à desagregação e, portanto, de reequilíbrio. Chamamos *contra-aculturação* a este processo de revalorização idealizante da cultura de origem no seio dos países de imigração. A cultura de origem é reinterpretada à luz das novas experiências e da nova situação dos imigrantes. Pela idealização da cultura de origem, a memória colectiva do grupo de imigrantes só retém, emprestando-lhe conteúdos novos ou ampliando os seus conteúdos de origem, aquilo que é susceptível de fazer persistir, no meio das mudanças impostas pelo contacto com outra cultura, as formas de sociabilidade mais tradicionais. Isto visa a reenquadrar o imigrante numa «psique» colectiva, partilhada no seio do grupo étnico¹².

A contra-aculturação manifesta-se também na relação dos imigrados com o espaço. Com efeito, os trabalhadores migrantes tendem, na medida do possível, a recriar, no país de imigração, um espaço semelhante ao seu espaço quotidiano de antes da partida.

Valemo-nos, como prova, do caso de uma aldeia da Corrèze: Lissac-sur-Couze. Situado perto de Brive, uma região inóspita, este aglomerado fora praticamente desertado pela população autóctone. Migrantes portugueses vieram entretanto fixar-se na região: na sua maioria, eram originários de uma aldeia do Nordeste de Portugal. Num relatório feito pelo Secours catholique — delegação da Corrèze — podemos ler as seguintes considerações: «[os imigrantes] reencontraram no nosso departamento uma semelhança com a região que acabavam de deixar: relevo da paisagem muito parecido, terra ingrata e pouco fértil, rudeza no trabalho dos habitantes locais, tudo factos que tornavam mais suportável o choque inevitável da expatriação.» E, mais à frente, depois da descrição do despovoamento de Lissac-sur-Couze, descreve-se a sua transformação, devida à chegada dos trabalhadores portugueses, nos seguintes termos: «em breve, as casas abandonadas desde há alguns anos foram ocupadas, reparadas, postas em estado de habitabilidade pelas novas pessoas que chegaram. [...] Tendo os imigrantes encontrado trabalho, quer na cidade (trabalhadores braçais da construção civil), quer nas pedreiras mais próximas, chamaram para junto de si os familiares, parentes e amigos que tinham ficado em Portugal, não ousando talvez 'dar o salto'. Nalguns meses, todas as casas da povoação, e mesmo as quintas isoladas, foram ocupadas por famílias de portugueses originários da região x [...] Desta maneira, a aldeia de origem foi recriada no próprio interior da França.»¹³

Este caso não é único. Poderiam ser dados outros exemplos. Convém, todavia, sublinhar que os migrantes não transplantam mecanicamente o seu meio ambiente de origem para o país de imigração. Há antes criação, mais ou menos acentuada, conforme a rigidez das estruturas de organização do espaço nos países de imigração, de formas novas, nas quais se misturam elementos das zonas de origem dos imigrantes com elementos locais. Isto depende muito, como acabámos de dizer, da rigidez das estruturas de organização do espaço. Com efeito, o que se passou numa comunidade rural,

¹² Para mais esclarecimentos sobre estes pontos ver a nossa comunicação ao II Congrès de la Société Suisse de Sociologie, intitulada *Migration, Classe et Ethnie*, Genebra, 1973.

¹³ Secours catholique, delegação da Corrèze, *Migrants portugais en Corrèze*. C. I. C. M., Genebra, 1973. Sublinhado nosso.

como a de Lissac-sur-Couze, terá certamente dificuldade em reproduzir-se no caso de uma aglomeração urbana, onde o que sobretudo se passa é que o homem tem de se adaptar a um quadro rígido de organização do espaço. Com uma excepção: a dos *bidonvilles*. Estrutura espacial pouco organizada, o *bidonville* é mais moldável pela acção dos imigrantes. Donde a tendência para recriar um espaço nacional nesse espaço da miséria. Espaço nacional que se lê no nome das ruas, na taberna «portuguesa» ou «espanhola», na barbearia em tudo parecida com a da aldeia de origem dos migrantes, etc.

A formação de *espaços nacionais* no seio das nações que fazem apelo à mão-de-obra estrangeira está frequentemente ligada a uma tomada de consciência nacional por parte dos imigrantes.

A emigração pode, na verdade, conduzir os indivíduos, cuja consciência, antes da partida, se reduz apenas à percepção de um espaço local, a tomar consciência da existência de um espaço nacional, com as suas tradições e os seus valores histórico-culturais. Como dissemos, a emigração é acompanhada por uma ruptura em relação ao espaço local de origem; mas pode levar também a uma espécie de retorno valorizante a esse espaço. Um tal retorno pode coincidir então com uma tomada de consciência de se pertencer a um quadro espacial nacional, dado que toda a referência a um quadro espacial de origem se faz no contexto da descoberta pelo emigrante da existência de outros espaços nacionais.

(Tradução de Maria Raquel Berredo, revista por A. Sedas Nunes)